

DE INIMIGOS A ALIADOS: COMO PARTE DOS MISSIONEIROS REPENSOU O SEU  
PASSADO DE CONFLITOS COM OS PORTUGUESES NO CONTEXTO DAS  
TENTATIVAS DE DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE MADRI

ELISA FRÜHAUF GARCIA

(Departamento de História – UFF)

Os índios guaranis, aldeados nos Trinta Povos de Missões do Paraguai, foram caracterizados pela historiografia como inimigos históricos dos portugueses devido aos ataques dos bandeirantes aos seus povos no século XVII. Durante as tentativas de demarcação do Tratado de Madri, porém, uma parte dos aldeados selou alianças com os lusitanos, motivados por uma série de vantagens oferecidas pelos últimos. Tais vantagens estavam baseadas em diretrizes oriundas da Corte de Lisboa, formuladas pelo então Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Melo. Analisar as interações entre portugueses e índios naquele contexto, com ênfase nas reformulações da sua história elaboradas pelos próprios missioneiros, é o objetivo deste artigo.

The Guarani Indians, inhabitants of the Thirty Missions of the Paraguay, were characterized by the historiography as historical enemies of the Portuguese due to the attacks of the Bandeirantes to their missions in the 17th century. During the negotiations of establishing the border between Spanish and Portuguese America in the Treaty of Madrid, though, a faction of the inhabitants of the Missions sealed alliances with the Portuguese, stimulated by a series of advantages offered by the latter. Such advantages were based on policies originated at the Royal Court of Lisbon, formulated by the then Secretary of State for War and Foreign Affairs, Sebastião José de Carvalho e Melo. This article aims to analyze the interactions between the Portuguese and the Guarani Indians in that context, emphasizing the reformulations of their history elaborated by the Mission Indians themselves.

A Província Jesuítica do Paraguai, composta por cerca de trinta reduções, estava localizada nos limites do Império espanhol com o Estado do Brasil no sul da América. Os índios lá aldeados, chamados genericamente de guaranis ou, simplesmente, missioneiros, foram alvo,

no século XVII, de uma série de ataques dos paulistas, conhecidos como bandeirantes, em busca de escravos.<sup>1</sup> Para poderem se defender das investidas dos bandeirantes, os guaranis receberam autorização da Coroa espanhola para possuírem armas de fogo. A posse de armas de fogo e a organização dos missioneiros em milícias serviram não apenas à defesa de seus povos,<sup>2</sup> mas, pela sua capacidade bélica, eles também foram utilizados nos conflitos fronteiriços entre portugueses e espanhóis, principalmente os envolvendo a Colônia do Sacramento. Nestas situações, as milícias guaranis eram acionadas para defender os interesses do rei da Espanha contra as pretensões expansionistas de Portugal.

Os ataques dos paulistas e os serviços de defesa dos interesses espanhóis foram dois aspectos fundamentais na formação da identidade dos guaranis aldeados nos povos do Paraguai. O seu relacionamento com o rei da Espanha se baseava, em grande medida, nos serviços que haviam prestado na defesa de suas terras, tendo demonstrado, em várias situações, a sua qualidade de bons e leais vassalos. Estes serviços estavam também diretamente ligados aos portugueses, pois tinham defendido as possessões do Rei Católico contra os ataques lusitanos.<sup>3</sup> A memória dos conflitos com os bandeirantes ocorridos no século XVII era constantemente reatualizada na vivência nas missões, principalmente através de representações teatrais sobre o tema.<sup>4</sup> A oposição a Portugal acabou, então, por se configurar historicamente como um elemento estruturador e de coesão dos guaranis.<sup>5</sup>

A divulgação dos termos do Tratado de Madri nas missões gerou, por conseguinte, uma série de incompreensões entre os aldeados.<sup>6</sup> Não foi fácil para eles entenderem por que deveriam

---

<sup>1</sup> Sobre os ataques dos paulistas às reduções veja-se: Mörner, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata: la era de los Habsburgos*. Buenos Aires: Paidós, 1968. pp. 48-59; Monteiro, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp.57-98.

<sup>2</sup> As missões jesuíticas eram *pueblos* de índios, inseridas dentro de um sistema de agrupamento de populações nativas vigente no Império espanhol. Neste artigo, porém, estas reduções são denominadas de povos, apesar desta não ser, necessariamente, a tradução mais adequada à realidade designada por *pueblos*. No entanto, era de povo que os portugueses chamavam as reduções quando a elas se referiam e tal denominação acabou por se impor, pois aqueles que passaram para o domínio português são hoje conhecidos como os Sete Povos das Missões. Para não sobrecarregar o texto, os termos povo, missão e redução serão empregados como sinônimos.

<sup>3</sup> Ganson, Barbara. *The Guarani under Spanish Rule in Río de la Plata*. Stanford: Stanford University Press, 2003. p.100.

<sup>4</sup> Haubert, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1990. p.281.

<sup>5</sup> Sobre a constituição da identidade dos missioneiros em oposição aos portugueses veja-se: Neumann, Eduardo. “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757”, *Revista Complutense de História de América*. Madri: Editorial Complutense, 2000. n. 26, pp.73-92.

<sup>6</sup> Para a região sul da América, o Tratado de Madri previa a troca de um amplo território, onde estavam estabelecidas sete reduções jesuíticas, da parte da Espanha, pela Colônia do Sacramento, do lado de Portugal. Os

abandonar sete dos seus povos e entregá-los aos portugueses, até então seus principais inimigos, contra os quais tinham combatido tantas vezes. Por outro lado, combateram os lusitanos em defesa dos interesses do rei espanhol, o mesmo que, agora, trocava as reduções pela Colônia do Sacramento.

Parte da população guarani se opôs à efetivação do Tratado, dando origem ao conflito conhecido na historiografia como “guerra guaraníca”.<sup>7</sup> Nem toda a população das missões, contudo, se opôs belicamente à concretização do Tratado. Naquele contexto, surgiram e/ou se intensificaram profundas divisões entre os índios e entre os diferentes povos, em um momento onde estavam em disputa visões distintas acerca de quais os melhores rumos a serem tomados. Por outro lado, a tentativa de demarcação do Tratado de Madri foi um longo processo, durante o qual muitos guaranis repensaram as suas alianças a partir das experiências vivenciadas naquela conjuntura. No decorrer da década de 1750, uma parte dos missionários mudou a sua perspectiva em relação aos portugueses, passando a considerá-los como possíveis aliados. Tal mudança não estava relacionada apenas a questões regionais, mas também a um projeto elaborado na Corte de Lisboa pelo Secretário de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

Em 1751, Carvalho e Melo enviou uma carta, qualificada como “secretíssima”, ao comissário para a demarcação do Tratado na região sul, Gomes Freire de Andrada, futuro Conde de Bobadela. Na missiva, ordenava que fossem postas em prática medidas para atrair os índios aos domínios do Rei Fidelíssimo. O seu principal objetivo com tais medidas era obter um incremento do número de vassalos, capaz de consolidar a ocupação dos territórios em disputa.<sup>8</sup> De acordo com as instruções do secretário, Gomes Freire deveria oferecer aos índios condições melhores das que eles usufruíam nas missões:

---

índios deveriam abandonar as suas reduções e cruzar o rio Uruguai, estabelecendo novos povoados. Poderiam levar consigo na transmigração seus bens móveis e semoventes, porém deixariam para os lusitanos as suas terras e benfeitorias. Os povos cedidos pelo Tratado eram: São Miguel, Santo Ângelo, São João Batista, São Borja, São Luís, São Lourenço e São Nicolau.

<sup>7</sup> O conflito se desenvolveu, basicamente, em dois momentos, um em 1754 e outro em 1756. No primeiro, os exércitos de Portugal e Espanha, separados, deveriam tentar entrar nos povos. Dado o malogro desta primeira tentativa, os dois exércitos se uniram em uma única frente, em 1756, a qual derrotou as forças dos índios na batalha conhecida como Caiboaté, ao fim da qual as tropas ibéricas entraram nas missões.

<sup>8</sup> Sobre a ideia de transformação dos índios em vassalos e a sua importância no projeto de ocupação das fronteiras veja-se: Domingues, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000; Maxwell, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.72.

(...) examinando as condições que lhes fazem os padres da Companhia espanhóis, e concedendo-lhes outras à mesma imitação, *que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos domínios de Portugal antes do que nos de Espanha.*<sup>9</sup>

Conforme a mesma carta, a melhor maneira para atingir os objetivos propostos era abolir as diferenças entre portugueses e tapes.<sup>10</sup> Assim, deveriam ser alvo de privilégio os lusitanos que casassem com índias, acrescentando ainda que os filhos gerados nestes consórcios seriam tidos como naturais do Reino, aptos a ocupar qualquer cargo e a receber todas as honrarias, não sendo passíveis, portanto, de nenhuma restrição pela sua ascendência indígena.<sup>11</sup> Também proibia a ridicularização dos índios e dos seus descendentes através da utilização de termos pejorativos como: “bárbaros, tapuias, e a seus filhos mestiços e outras semelhantes antonomásias de ludíbrio e injúria”,<sup>12</sup> como era costume acontecer.

A simples existência deste projeto, porém, não explica a adesão de uma parte dos índios às propostas dos lusitanos. O ponto fundamental, a meu ver, é a relação entre este projeto e a situação concreta pela qual os índios estavam passando. A partir das interações vividas naquele contexto específico, os portugueses e os missionários construíram um diálogo, em uma longa negociação que teve como uma de suas consequências a migração de cerca de três mil índios aos domínios de Portugal, tornando-se novos súditos do Rei Fidelíssimo. Assim, o objetivo deste artigo é demonstrar as estratégias utilizadas pelos portugueses para atrair a população missioneira e as suas reações às mesmas, ou seja, evidenciar o processo em que as duas partes estabeleceram um diálogo cujo propósito era satisfazer os seus próprios interesses.

---

<sup>9</sup> Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo, para Gomes Freire de Andrada, para servir de suplemento às instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750. Lisboa, 21 de setembro de 1751. In: Mendonça, Marcos Carneiro de. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. pp.188 e segs. Grifos meus.

<sup>10</sup> Tape era a designação dos índios guaranis estabelecidos nos povos trocados pelo Tratado.

<sup>11</sup> É importante ressaltar, no entanto, que a política de “bom tratamento” em relação aos índios e as tentativas de atraí-los para os domínios de Portugal faziam parte de um projeto político e não de uma maior benignidade do Rei Fidelíssimo e dos seus súditos para com as populações nativas ou de uma suposta ausência de “preconceito racial” dos portugueses. Como destacou Ronaldo Vainfas, se é fato que a miscigenação étnica foi fundamental para o povoamento da América portuguesa, isto não estava relacionado a uma característica intrínseca dos portugueses que os predisponha à miscigenação, mas a planos específicos de ocupação do território conquistado. Vainfas, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: Mello e Souza, Laura. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.229.

<sup>12</sup> Primeira carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Melo..., *op. cit.*

## As reações dos guaranis ao Tratado

As reações dos missioneiros ao Tratado foram variadas, pois a oposição ao mesmo não era generalizada.<sup>13</sup> O descontentamento com o abandono das terras era geral, mas parte dos índios, em um primeiro momento, aceitou a mudança e, inclusive, foram iniciadas as buscas de terras para a transmigração. O crescimento da oposição ao Tratado ocorreu durante as tentativas de transmigração dos índios e do início da demarcação.

Quando as comissões demarcadoras iniciaram os seus trabalhos, a forte oposição dos índios se fazia contra a comissão portuguesa e não contra a espanhola. Em alguns momentos, quando encontraram com as comissões, os missioneiros concordaram em permitir a passagem dos espanhóis, enquanto vassalos do mesmo rei, mas não a dos lusitanos. Um exemplo da inimizade com os portugueses pode ser percebido em um episódio envolvendo o padre Lope Luís Altamirano, comissário geral nomeado pela Companhia de Jesus para supervisionar a efetivação do Tratado. Quando Altamirano chegou na região, difundiram-se, entre certos índios, rumores que ele seria um português disfarçado de jesuíta. Estando o comissário no povo de São Tomé e convencidos alguns índios desta ideia, resolveram ir em busca do padre, visando confirmar se ele era mesmo um jesuíta. Os mais exaltados cogitaram, inclusive, matá-lo, caso ficasse comprovado que ele era um português disfarçado. Os índios envolvidos no episódio teriam dito que: “se o padre comissário era sacerdote da Companhia de Jesus, haveriam de beijar-lhe a mão, se contudo era português, iriam matá-lo e despachar a seus despojos mortais rio abaixo”.<sup>14</sup>

Após saberem do Tratado e durante as tentativas de demarcação, porém, a relação dos missioneiros com os jesuítas<sup>15</sup> e com os espanhóis começou a se modificar. Neste momento, boatos foram difundidos nos povos, segundo os quais os jesuítas haviam vendido as reduções aos portugueses. Também circulavam rumores sobre os padres terem negociado os missioneiros

---

<sup>13</sup> Para uma apreciação sobre as diferenças entre os povos em relação à oposição desenvolvida ao Tratado veja-se: Quarleri, Lia. “La Rebelión anunciada de las Misiones Guaraníes del antiguo Paraguay», *Suplemento Antropológico*. Asunción: Universidad Católica, diciembre de 2005. vol. XL, 2, pp.41-73.

<sup>14</sup> Nusdorffer, Bernardo. “Relação de todo o ocorrido nestas doutrinas com respeito às mudanças dos Sete Povos do Uruguai desde São Borja até Santo Ângelo inclusive que pelo Tratado Real e a linha divisória dos limites entre as duas Coroas ou se haviam de entregar aos portugueses ou se haviam de mudar a outras paragens”. In: Teschauer, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* [1º. vol. 1918, 2º. vol. 1921, 3º. vol. 1922]. São Leopoldo, RS: Ed. da Unisinos, 2002. vol. III, p.317.

<sup>15</sup> Ganson, Barbara, *op. cit.*, pp.93 e segs; Wilde, Guillermo. *Antropologia histórica del liderazgo guarani misionero (1750-1850)*. Tese de Doutorado em Antropologia apresentada na Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, 2003. p.121.

como escravos, sendo que as informações variavam se a transação tinha sido efetuada com os portugueses ou com os espanhóis. Uma parte dos boatos sobre os inacianos foi difundida pelos próprios lusitanos,<sup>16</sup> buscando enfraquecer a confiança naqueles depositada pelos índios. Independente, contudo, da veracidade dos rumores ou de quem os difundiu, o ponto a ser destacado é que eles pareceram críveis para uma boa parte da população missioneira.

Os espanhóis, por sua vez, passaram a ser vistos como traidores ao longo do processo de demarcação. Os índios expuseram em vários momentos, nas suas cartas e nos diálogos travados com os não índios, que haviam auxiliado os castelhanos quando estes pediram ajuda, principalmente na defesa da Colônia do Sacramento contra os próprios portugueses. E agora, em troca, recebiam dos espanhóis como pagamento pelos serviços prestados a sua união com os lusitanos para tomarem os seus povos. Segundo o capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, alguns guaranis teriam dito aos portugueses:

(...) eles [os índios] desejavam apanhar lá os castelhanos, para se vingarem deles pelas suas falsidades, com que os tratam porque bem se lembram ainda de os convidarem os espanhóis quando foram cinco mil índios, que levavam de seu socorro para darem um assalto na praça da Colônia [do Sacramento] há muitos anos em que perderam uma grande quantidade de índios ao pé das muralhas com artilharia que então eram os espanhóis contra nós [portugueses], e que agora nos buscaram para irmos contra eles e botá-los fora das suas casas, e das suas terras.<sup>17</sup>

Dessa forma, se a concepção dos índios acerca dos portugueses não se modificou totalmente, ela se alterou pela própria mudança da ideia que os missioneiros tinham dos jesuítas e dos espanhóis. Esta mudança, principalmente em relação aos portugueses, foi percebida pelos contemporâneos, que vislumbraram nas tentativas de aplicação do Tratado o motivo dos índios passarem a considerar os domínios do Rei Fidelíssimo como uma possibilidade a mais naquele contexto histórico.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Nusdorffer, Bernardo, *op. cit.*, pp.342-343.

<sup>17</sup> Cunha, Jacinto Rodrigues da. “Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguai”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: O Instituto, 1853. vol. 16. p.192.

<sup>18</sup> O próprio Marquês de Valdelirios, em missiva dirigida a Gomes Freire, apontou que os índios haviam alterado a sua visão acerca dos portugueses e, a partir de então, passaram a procurar “asilo e habitação” em terras lusitanas. Ofício do [comissário principal espanhol da Demarcação dos Limites da América Meridional], marquês de Valdelirios, [D. Gaspar de Munive Leon Garabito Tello y Espinosa] ao [1º. comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, sobre as provas que já foram dadas de que estavam tratando da execução do Tratado de Limites; que na conferência de Castillos fora reconhecido o quanto já se fizera para se por à obra os assuntos das instruções; que enviaram o comissário geral dos jesuítas padre Lopo Luís Altamirano a fim de tratar da transmigração dos índios dos Sete Povos das Missões. São João, 12 de abril de 1757. Arquivo Histórico Ultramarino. Brasil-Limites, cx. 2, d. 127.

A partir desta percepção de traição dos jesuítas e do rei espanhol, concomitante ao “bom tratamento” dispensado pelos portugueses, pode-se cogitar como os últimos passaram a ser vistos pelos índios como não tão ruins assim ou, talvez, um mal menor diante da transmigração. As declarações dos guaranis sobre os portugueses, contudo, devem ser tomadas como parte de uma retórica utilizada na construção de uma aliança. Elogiar os portugueses para os próprios, significava aproximar-se deles e usufruir das benesses por eles oferecidas. Nesse sentido, cabe ressaltar que os portugueses não estavam, necessariamente, agindo de má-fé nas suas propostas aos índios e, tampouco, estes estavam sendo ingênuos ao considerá-las. Tratou-se de negociações, onde ambas as partes buscavam satisfazer os seus objetivos.

### **As interações entre os portugueses e os missioneiros durante as campanhas**

Para dar suporte à comissão demarcadora, os portugueses construíram o forte de Rio Pardo, situado no terreno de uma das estâncias<sup>19</sup> da redução de São Luís. Logo após o início da sua construção, no princípio de 1754, o forte foi atacado por índios oriundos das missões de São Luís, São Lourenço e São João. Sem sucesso neste primeiro ataque, os guaranis assaltaram novamente o forte. Neste segundo ataque, os portugueses aprisionaram 53 índios, os quais foram enviados em uma embarcação para a vila de Rio Grande. Uma vez na embarcação, os prisioneiros conseguiram ter acesso a facas, com as quais degolaram alguns sentinelas e atacaram parte do restante da tripulação, enquanto outros atearam fogo na embarcação e tentaram fazer um rombo capaz de afundá-la. Após contornarem a situação, os portugueses perguntaram aos amotinados por que procediam daquela maneira, pois afundando a embarcação morreriam não apenas os portugueses, mas também eles. Responderam que os padres lhes diziam que os portugueses queriam os índios apenas para fazê-los de escravos e, depois de servir-se deles, os matariam.<sup>20</sup>

Após o motim, sobreviveram 13 índios, os quais chegaram vivos na vila de Rio Grande, onde estava Gomes Freire de Andrada. Entre os sobreviventes, havia um guarani chamado

---

<sup>19</sup> As estâncias eram extensões de terra separadas das missões, cujo tamanho e distância dos seus respectivos povos variavam bastante, onde os índios se dedicavam à criação de gado.

<sup>20</sup> Ofício do [1º. comissário da Demarcação dos Limites da América Meridional], Gomes Freire de Andrade, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre informação recebida do tenente-coronel Tomás Luís Osório, comandante da guarda ou tranqueira do Rio Pardo, sobre um segundo ataque dos índios Tapes e aprisionamento de alguns deles. Rio Grande de São Pedro, 21 de junho de 1754. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Limites, cx. 1, d. 51.

Crisanto Nerenda, mordomo do povo de São Luís.<sup>21</sup> Ele escreveu um relato sobre a viagem, abrangendo desde o momento de seu aprisionamento no forte do Rio Pardo até o seu retorno aos povos, incluindo na narrativa o período de permanência na vila.<sup>22</sup> Ao longo da sua estadia em Rio Grande, Crisanto foi chamado várias vezes para conversar com Gomes Freire. Nestas ocasiões, o general lhe perguntava sobre a sua vida nas reduções, quais propriedades os missioneiros tinham e como eram tratados pelos padres. Durante estes diálogos, Gomes Freire tentou dissuadir Crisanto da sua fidelidade aos jesuítas, dizendo-lhe que estes não tratavam bem aos missioneiros, se aproveitavam das suas mulheres e enriqueciam às suas custas.<sup>23</sup> Segundo o seu próprio relato, Crisanto não se deixou intimidar e/ou influenciar por Gomes Freire, demonstrando a sua convicção no regime dos jesuítas e no tipo de vida que levava nas missões.<sup>24</sup>

Ainda no intuito de tentar dissuadir Crisanto das suas convicções, Gomes Freire enviou para conversar com ele um índio natural de São Borja que havia se aliado aos portugueses. Com isto, o general pretendia demonstrar a Crisanto como a vida entre os portugueses era melhor do que junto dos jesuítas. O índio borgista então se apresentou para Crisanto e falou que era muito bem tratado pelos portugueses, andava bem vestido e ocupava, em Rio Grande, o cargo de capitão da guarda. Concomitante com a "propaganda" do quanto era "boa" a vida dos índios que aderiam aos portugueses, Gomes Freire também desenvolvia uma retórica que visava minar a confiança depositada pelos missioneiros nos padres. Assim, reiterou para Crisanto que ele, apesar de viver e trabalhar para os jesuítas, andava malvestido e descalço como se fosse um "infiel", o que, naquele contexto, significava ser um índio não convertido ao cristianismo.

Apesar de Crisanto ter se mostrado firme em sua adesão ao tipo de vida das reduções, o encontro demonstra qual era a abordagem desenvolvida pelos portugueses para tentar atrair os índios, assim como evidencia os benefícios oferecidos àqueles que passavam para o seu lado. Segundo parece, a presença dos portugueses na região foi percebida de imediato por alguns índios, descontentes com os jesuítas, como uma outra possibilidade de negociação e obtenção de

---

<sup>21</sup> As missões eram geridas por *cabildos*, espécie de câmara municipal, compostos por índios. Dentre os cargos dos *cabildos*, estava o de mordomo, cujo ocupante era responsável pela gestão dos bens da comunidade.

<sup>22</sup> Relacion de lo que sucedio a 53 índios del Uruguay, quando acometieron por 2º. con otros muchos el fuerte de los portugueses del rio Pardo, escribio la un indio luisista que fue uno de estos 53. Llamado Crisanto, de edad como de 40 años, indio capaz y mayordomo del pueblo, traduxo lo un Misionero de la lengua Guarani en Castellano, año 1755. Madri, Real Academia de la Historia, Colección "Jesuítas (Legajos)", 9/7284.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem.



benesses. Segundo o padre Tadeo Henis, o índio de quem fala Crisanto era natural de São Borja, conforme já visto, e teria vivido uma boa parte da sua vida fugido do seu povo. Na visão do jesuíta, havia fugido porque não era afeito à disciplina e ao aprendizado, ou seja, não se coadunava com o estilo de vida das missões. Este índio tivera, anteriormente, vários problemas com os missioneiros, tendo sido capturado e escapado, por pouco, de castigos maiores. Tão logo percebeu a possibilidade, se aliou aos portugueses.<sup>25</sup> Ainda conforme o relato de Tadeo Henis, este índio teria fornecido aos lusos várias informações preciosas sobre a melhor maneira de lidar com os missioneiros, tais como o que se deveria temer deles e como os portugueses poderiam avançar na sua marcha.<sup>26</sup> O padre sentia verdadeira ojeriza por este índio que, na sua visão, além de entregar os “seus”, ainda chamava os seculares inimigos portugueses de “companheiros”, chegando a lamentar que ele não tenha sido morto quando os índios tiveram a oportunidade de fazê-lo.<sup>27</sup> A se dar crédito ao seu relato, porém, a ojeriza deveria ser recíproca, porque o tal índio borgista teria se oferecido aos lusitanos para “correr la tierra, y recoger las cabezas de los padres que cortasen las espadas vencedoras de Gomez Freire”.<sup>28</sup>

Tadeo Henis, um jesuíta claramente identificado com a resistência dos índios à demarcação do Tratado, traça uma visão desabonadora de um índio que não se enquadrava na percepção de quem ele queria que fossem os missioneiros. Esta visão, antes de ser aceita sem maiores críticas, deve ser entendida como a trajetória de um índio que escolheu um caminho diferente do projeto do missionário. Este borgista não é mais nem menos importante que os missioneiros que se opuseram frontalmente ao Tratado e, tampouco, é um “traidor da causa indígena”. Ele é, talvez, apenas um caso bem documentado e bem sucedido de uma trajetória provavelmente recorrente naquele período, ou seja, a de alguém que escolheu uma nova possibilidade aberta com os trabalhos das comissões demarcadoras.

Neste sentido, se o tal índio borgista foi usado pelos portugueses em nome de projetos maiores, ele, ao mesmo tempo, também os usou em busca de realizações até então inacessíveis. Assim, negociou com os portugueses e encontrou melhores razões para auxiliá-los do que para permanecer junto dos demais missioneiros. Ao se confrontar o seu caso com o de Crisanto, as suas motivações ficam claras. O último possuía um cargo de prestígio na sua redução e, de

---

<sup>25</sup> Henis, Pe. Tadeo Xavier. *Diário histórico de la rebelión y guerra de los pueblos guaranis, situados en la costa oriental del rio Uruguay, del año de 1754*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2002. pp. 25-26.

<sup>26</sup> Idem, p.26.

<sup>27</sup> Idem, p.25.

<sup>28</sup> Idem, p.27.

acordo com as suas respostas a Gomes Freire, se sentia identificado com a vida nas missões. Era um índio letrado, ocupava um cargo de prestígio e desfrutava de uma situação bastante confortável na sua redução.<sup>29</sup> Não era este o caso do índio borgista, constantemente preso por praticar roubos nas estâncias dos povos e sem muitas chances de uma vida melhor naquela realidade. Deve ser por isto que se mostrava tão satisfeito com os lusitanos, pois agora era ele quem andava bem vestido, ocupava um cargo importante na administração portuguesa e se via como amigo e aliado dos portugueses que, na sua visão, seriam os prováveis vitoriosos dos conflitos.

Em setembro de 1754, Gomes Freire chegou ao forte de Rio Pardo e avançou em direção às missões. Devido a alguns contratemplos, o general teve de interromper a sua marcha e permanecer acampado na região por cerca de três meses, durante os quais o exército português manteve uma convivência assídua com os índios. Neste período, os missionários cercavam o acampamento e provocavam os soldados, chamando-os para a guerra. Os relatos dos jesuítas sobre este período geralmente enfatizam a inimizade existente entre os índios e os lusitanos, embora deixem entrever que alguns missionários mantinham contatos constantes com os mesmos, apontando para a presença de algo mais do que uma simples oposição bélica.<sup>30</sup> Os índios tinham, na interpretação dos jesuítas, uma atitude ambígua em relação aos portugueses. Por um lado, matavam os desertores do exército quando os encontravam, porém, por outro lado, se aproximavam do acampamento lusitano, entabulando diálogos e fazendo comércio.<sup>31</sup> Quando os índios iam ao acampamento, Gomes Freire os recebia pessoalmente e sempre os tratava muito bem. O exército lusitano estava munido de presentes levados especialmente para ofertar aos índios, tais como gorros vermelhos, roupas coloridas, “miçangas, faquinhas ou facas, etc.”.<sup>32</sup>

Nos relatos escritos pelos lusitanos, estas relações aparecem ainda mais pormenorizadas, assim como são mais claros os seus objetivos. Não eram apenas os índios fugitivos das missões que mantinham contatos frequentes com os portugueses, mas também os que nelas permaneceram. Uma das características destes relacionamentos era o intenso comércio entre os missionários e os soldados, quando aqueles traziam para vender mercadorias como erva-mate,

---

<sup>29</sup> Para uma análise do relato de Crisanto Nerenda veja-se: Neumann, Eduardo. *Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. pp.139-145.

<sup>30</sup> Nussdorffer, Bernardo, *op. cit.*, p.446.

<sup>31</sup> Escandón, Juan de. *História da transmigração dos Sete Povos orientais (1760)*. São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983. p.259.

<sup>32</sup> Idem, respectivamente pp.258, 265.

sebo e charque.<sup>33</sup> As conversações dos índios com os portugueses causavam dissensões entre os missioneiros, sendo um ponto de discórdia entre eles. Segundo Tadeo Henis, muitos guaranis saíam durante a noite para procurar o “inimigo” e encetar negociações em busca das vantagens prometidas pelos lusitanos. Conforme o relato do jesuíta: “Éstas y otras cosas fueron semilla de muchas discordias entre los ejércitos de los indios, de suerte que alguna vez hubieron de tener guerra civil o interna”.<sup>34</sup>

As negociações dos missioneiros com os portugueses não envolviam apenas mercadorias, mas versavam também sobre o seu futuro, principalmente sobre uma possível permanência dos índios nos povos após a sua entrega. Em conversa com os lusitanos no princípio de outubro de 1754, um grupo de missioneiros teria dito: “que estavam esperando por uns caciques, para verem se, com efeito, concordam em ficarem sujeitos a nossa Coroa de Portugal, como muitos assim o tem ajustado, e não a da de Espanha”.<sup>35</sup> Dessa forma, a negativa dos índios em deixar os seus povos nem sempre significava uma decisão de guerra contra as comissões demarcadoras. Em alguns casos, a população missioneira maturava a ideia de permanecer nas missões sob a administração portuguesa. Ainda em 1752, quando os jesuítas de São Nicolau estavam tentando convencer os missioneiros a efetuarem a transmigração, ameaçando abandonarem as reduções se eles não deixassem os povos, os índios responderam: “das quais [suas terras] não haveriam de sair, visto que os portugueses também eram cristãos, e não lhes faltariam padres”.<sup>36</sup>

Nas conversas mantidas com os portugueses, os missioneiros também se queixavam do comportamento dos espanhóis, dando indícios de que a convivência entre ambos não era das melhores. Além da já referida indignação demonstrada, por alguns índios, pela entrega dos seus povos pelos espanhóis, parece que a relação com os castelhanos estava em contínuo desgaste durante as tentativas de demarcação do Tratado. Segundo afirmavam os missioneiros que entravam em contato com os portugueses no acampamento:

(...) os castelhanos os tratam muito mal, que bem mostram serem traidores, que nós não nos fiássemos neles, porque nos andavam enganando. Disseram mais ao senhor general: que nós [os portugueses] podíamos entrar nas Missões, se

---

<sup>33</sup> Faria, José Custódio de Sá e. “Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai (1750-1761)”. In: Golin, Tao. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, Ed. da UPF; Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1999. p. 333.

<sup>34</sup> Henis, Tadeo, *op. cit.*, p.33.

<sup>35</sup> Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p.333.

<sup>36</sup> Nusdorffer, Bernardo, *op. cit.*, p.299.

quiséssemos, sem eles nos impedirem, porém que querem ficar sempre nas suas mesmas terras, e que não querem lá os castelhanos.<sup>37</sup>

As negociações dos missioneiros com os lusitanos, no entanto, eram efetuadas por uma parte dos índios, sendo outros segmentos contrários a tais iniciativas. Poucos dias após a conversação acima citada, alguns guaranis foram procurar Gomes Freire para comunicar-lhe que aqueles índios não falavam pela totalidade dos missioneiros e deveriam ser ignorados.<sup>38</sup> Assim, se a maioria dos missioneiros, principalmente os sublevados contra o Tratado, manteve a sua oposição ao exército português, considero, por outro lado, que os lusitanos, através da sua política, conseguiram atrair parte deles, que ficaram interessados nas suas propostas. Isto é demonstrado, inclusive, por este desencontro de informações, na medida em que, como salientou Tadeo Henis na passagem anteriormente citada, as atitudes dos portugueses e as respostas dos índios às mesmas semearam a cizânia entre os missioneiros, revelando que uma considerável parcela destes estava considerando a possibilidade de não apenas enfrentar belicamente os lusitanos, mas de negociar com eles.

A retórica desenvolvida pelos lusos visava convencer os missioneiros, por meio de palavras e atitudes, que os verdadeiros inimigos dos portugueses não eram os índios, mas os jesuítas. Assim, como já visto anteriormente, ao receber Crisanto, Gomes Freire afirmou que os índios fiéis aos padres seriam maltratados e mortos. No entanto, os que se transformassem em aliados seriam bem tratados e alçados a cargos de chefia, aí embutidos não apenas de uma função de mando, mas, principalmente, de prestígio. Os signos de prestígio, tanto materiais quanto de tratamento, adquiriram no contexto dos relacionamentos entre os portugueses e os índios um papel fundamental. Através dos presentes e das formas de tratamento diferenciadas, os lusitanos conseguiram instrumentalizar a seu favor conflitos de poder existentes entre os índios e desejos de objetos ocidentais nem sempre acessíveis aos missioneiros. Com tais atitudes, também criaram novas divisões e aspirações, dando a entender que, a partir da aliança com os portugueses, os missioneiros veriam seus anseios realizados mais facilmente.

Por outro lado, a retórica empregada por Gomes Freire imputava ao Rei de Espanha e aos seus súditos a responsabilidade pela mudança dos índios das reduções. Neste sentido, o monarca espanhol teria traído os índios, que tão bem lhe tinham servido. O Rei Católico era, portanto,

---

<sup>37</sup> Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p.335.

<sup>38</sup> *Idem*, p.341.

injusto,<sup>39</sup> ao contrário do rei de Portugal, sobre o qual se tentava passar uma imagem de imensa generosidade e grande apreço pelos índios.

Após a derrota das milícias indígenas na batalha de Caiboaté, os exércitos ibéricos entraram nas missões, principiando pela redução de São Miguel. Posteriormente, os exércitos acamparam em povos diferentes, ficando os portugueses em Santo Ângelo e os espanhóis em São João. Uma vez alojado em Santo Ângelo, Gomes Freire deu continuidade à política ostensivamente recomendada por Sebastião José de Carvalho e Melo de “bom tratamento” dos índios, visando, simultaneamente, atrair a sua amizade e afastá-los dos espanhóis e dos jesuítas.

### **Repensando o passado e projetando o futuro**

Na sua “História da transmigração dos Sete Povos Orientais”, escrita em 1760, o jesuíta Juan de Escandón fornece informações detalhadas sobre as diferenças no comportamento dos dois exércitos quanto ao tratamento dos índios. Para ele, as dessemelhanças começaram já no momento de divisão do butim de guerra, ou seja, na repartição entre os soldados dos bens das reduções. Enquanto os espanhóis agiram como de praxe, efetuando a divisão, Gomes Freire não permitiu que os portugueses fizessem o mesmo. No momento da divisão, o general:

(...) protestou de público, em nome de seu Rei, no de seu próprio e no de todos os soldados lusos, que expressamente renunciava em favor dos infelizes índios a todos os bens móveis que lhe poderiam caber dos despojos daquele Povo, dizendo que o exército luso por enquanto se dava por contente com a glória de haver vencido.<sup>40</sup>

Note-se que Gomes Freire não apenas impediu a divisão do butim entre os portugueses, mas fez questão de dizê-lo em alto e bom som, transformando a sua atitude em um instrumento político e representando para os índios uma imagem meticulosamente construída dos portugueses.<sup>41</sup> A estratégia parece ter dado resultados. A notícia da diferença no tratamento concedido aos índios pelos portugueses e espanhóis se espalhou pelos demais povos:

(...) elas correram célebres como notícias pelos Povos, acompanhadas da compaixão, do carinho, agasalho e bons modos, com que os portugueses todos

---

<sup>39</sup> Sobre as concepções acerca das funções do rei, entre as quais a principal era a de “conferir justiça”, veja-se: Xavier, Ângela Barreto & Hespanha, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: Mattoso, José. *História de Portugal*, vol. IV: *O Antigo Regime* (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998, pp.113-132.

<sup>40</sup> Escandón, Juan de, *op. cit.*, p.349.

<sup>41</sup> Para uma análise sobre a representação que os atores fazem de si durante as suas relações sociais veja-se: Goffman, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

tratavam de maneira uniforme a todos os índios. Valia isso dos chefes, cabos e soldados, principalmente desde que, já aquartelados todos com o seu Gomes Freire em Santo Ângelo, os índios os viam não lhes fazendo nenhum vexame nem moléstia.<sup>42</sup>

Através destas declarações dos índios percebe-se como, naquele contexto no mais das vezes desfavorável, uma parte dos missionários repensou a sua trajetória histórica de contato com os portugueses e espanhóis, reformulando as concepções que orientavam a sua aliança tradicional com os segundos e inimizada com os primeiros. Joanne Rappaport, ao estudar a consciência histórica dos páez contemporâneos da Colômbia, demonstra como, para aquele grupo, a história era constantemente reformulada a partir de questões colocadas pelo presente, quando os índios utilizavam o passado para repensar as suas condições atuais e planejar o futuro.<sup>43</sup> Assim, para os guaranis, a iminência da perda dos seus povos e o acampamento dos exércitos ibéricos nos mesmos foram percebidos não apenas como um momento difícil e de perda, mas também reformulados no sentido de ganhos futuros, através da utilização em proveito próprio das propostas lusitanas.

Juntamente com as notícias do “bom tratamento” dispensado aos índios pelos portugueses, a atitude dos espanhóis parece ter sido inversa, pois além de pilharem as suas partes, ainda ficavam com as cedidas pelos portugueses.<sup>44</sup> Segundo Escandón, os missionários passaram então a comparar os lusos “antigos” com os “atuais”: “embora os portugueses antigos de fato tinham sido péssimos e mortais inimigos de sua nação de guaranis e tapes, agora contudo os modernos e atuais já não eram senão pessoas muito boas e amantes dos índios”.<sup>45</sup>

Gomes Freire também sempre tentava se mostrar magnânimo, perdendo os missionários, principalmente quando os espanhóis pretendiam castigá-los.<sup>46</sup> Conforme já visto, o general procedia desta maneira desde antes da sua entrada nas missões, quando sempre tratava bem aos índios, dentro dos preceitos de etiqueta vigentes em uma sociedade de corte.<sup>47</sup> No período no qual o exército lusitano permaneceu nas missões, Gomes Freire viu incrementadas as

---

<sup>42</sup> Escandón, Juan de, *op. cit.*, p.350.

<sup>43</sup> Rappaport, Joanne. “Introduction: Interpreting the Past”. In: *The Politics of Memory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. pp.1-25.

<sup>44</sup> Escandón, Juan de, *op. cit.*, p.351.

<sup>45</sup> *Idem*.

<sup>46</sup> Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p. 501.

<sup>47</sup> Sobre a etiqueta e o cerimonial característicos da sociedade de corte e as suas intrínsecas relações com a construção e/ou manutenção das relações de poder veja-se: Elias, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1969]. pp.97-131.

possibilidades de atração dos índios para o Estado do Brasil. Durante as celebrações que ocorreram neste período, o general aproveitou para convidar os índios não apenas para as assistirem, mas também para nelas participarem de algum modo. Foi assim, por exemplo, na comemoração do aniversário do Rei Fidelíssimo, celebrado quando os exércitos ibéricos ainda se encontravam acampados em São Miguel. Na ocasião, foram chamados índios músicos para animar a festa. Ao longo do dia, os músicos tocaram vários instrumentos, cantaram e “fizeram suas danças”.<sup>48</sup> A estes índios:

(...) mandou o nosso general tratar com muita grandeza. Lhes deu mesa pública e vários mimos, com que se retiraram muito contentes, dizendo que não pode haver no mundo gente de tanto agrado, bom coração e liberdade como os portugueses. E que agora era que nos conheciam bem, porque sempre andaram enganados. E que, à vista de nós, nada valem os castelhanos, porque são muito pobres e maus, e nós muito ricos e bons.<sup>49</sup>

O aniversário do Rei Fidelíssimo era uma ótima oportunidade para demonstrar, com toda a pompa e circunstância que o momento requeria, a grandeza e a benignidade do rei português.<sup>50</sup> Conforme testemunhos, não foram poupados esforços para comemorar a data, sendo “servida uma comida suntuosa e esplêndida”.<sup>51</sup> Representada para uma população indígena que não prestava vassalagem ao rei de Portugal, mas ao Rei Católico, a festa tinha o propósito de impressioná-los, para que se mostrassem interessados pela Coroa portuguesa e passassem a desejar as ofertas de mudança de vassalagem. Assim, a partir da “pompa e circunstância” demonstrada no cerimonial, o rei de Portugal competia em grandeza com o monarca espanhol, competição que deveria resultar na atração de novos vassalos. Caso os índios aceitassem as ofertas, assim queria indicar o cerimonial, passariam a ser, também eles, vassalos de um monarca “tão generoso”, sendo partícipes nestas comemorações.

De acordo com as respostas dadas pelos índios ao tratamento dos lusitanos, nas suas comparações entre os portugueses antigos e atuais e entre estes e os espanhóis, pode-se perceber como os guaranis estavam participando ativamente das propostas dos lusitanos. A questão a ser

---

<sup>48</sup> Faria, José Custódio de Sá e, *op. cit.*, p.507.

<sup>49</sup> Idem, p.509, grifos meus.

<sup>50</sup> Para uma análise das festas como um instrumento de demonstração do poder monárquico na América portuguesa veja-se: Monteiro, Rodrigo Bentes. “Entre festas e motins: afirmação do poder régio bragantino na América portuguesa”. In: Jancsó, István & Kantor, Íris. *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Ed. da USP, 2001.

<sup>51</sup> Graell, Francisco. *O passado missioneiro no diário de um oficial espanhol (1755-1756)*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1998, p.97.

colocada, a meu ver, não é se eles pensavam ou não desta maneira, mas perceber como utilizaram as propostas de Gomes Freire. Afinal, elas eram sedutoras e iam ao encontro de muitos dos seus anseios, principalmente o de não efetuar a transmigração. Neste sentido, responderam, em vários momentos, justamente o que o general queria ouvir, participando da sua representação e mostrando-se hábeis na construção de uma aliança que lhes garantiu vantagens em uma situação adversa. Assim, se Gomes Freire representou para os missioneiros, também estes representaram para ele.

Gerald Sider, ao considerar a representação da história de populações nativas produzida pelas próprias, alerta para a importância de se levar em conta que para elas tal formulação está longe de uma mera abstração. Ao contrário, a produção da sua história é elaborada no decorrer de situações concretas, quando estas se vêem forçadas a repensar as suas próprias conexões com o passado, de modo a compreender a conjuntura na qual se encontram e instrumentalizar-se para obter melhores chances de futuro ou, até mesmo, a possibilidade de ter um futuro, ameaçado diante dos desafios enfrentados.<sup>52</sup> Os missioneiros que negociaram com Gomes Freire e buscavam utilizar as propostas lusitanas em proveito próprio estavam atravessando, provavelmente, um dos momentos mais difíceis das suas trajetórias, na iminência de entregarem os seus povos e absolutamente incertos acerca do seu futuro. Nesta situação, repensaram o seu passado e fizeram, a partir da conexão entre este e o seu presente, uma reformulação das suas representações. As habituais representações dos portugueses enquanto inimigos e dos espanhóis e jesuítas como aliados não eram capazes de explicar a situação na qual se encontravam e, tampouco, de oferecer-lhes alguma segurança quanto ao seu devir. Assim, alguns disseram que foram enganados sobre o caráter dos lusitanos, outros argumentaram que estes haviam mudado e outros ainda acusaram os espanhóis de traidores, malvados e pobres. Em um contexto onde as antigas “certezas” não eram capazes de explicar a situação vivida, a reformulação destas representações serviu para rearticular as suas alianças e, concomitantemente, lhes permitir a utilização das propostas portuguesas e a possibilidade de construção de um futuro nos domínios do Rei Fidelíssimo.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Sider, Gerald. “Identity as History. Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States”. *Identities Global Studies in Culture and Power*. New Hampshire, vol.1, 1994. p.114.

<sup>53</sup> Garcia, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.